

ano 6 - n. 12 | julho/dezembro - 2019
Belo Horizonte | p. 1-210 | ISSN 2319-0795
R. Fórum de Ci. Crim. – RFCC

**Revista Fórum de
CIÊNCIAS CRIMINAIS**

RFCC

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Editorial	7
-----------------	---

DOCTRINA NACIONAL

A criminologia da libertação de Lola Aniyar de Castro e as contribuições de Ricœur e Dussel

Mauro Guilherme Messias dos Santos	13
1 A teoria crítica do controle social	13
2 A hermenêutica da crítica das ideologias	17
2.1 Função geral da ideologia	18
2.2 Função de dominação	19
2.3 Função de deformação	20
2.4 As quatro proposições de Ricœur	22
3 A necessidade filosófica, e não apenas política, de se escolher um lado	23
4 Considerações finais	28
Referências	29

Lavagem de dinheiro: uma análise crítica da extinção do rol de crimes antecedentes

Gabriel Silva Costa	33
1 Introdução	33
2 As gerações (ou modelos) de leis de repressão à lavagem de valores	34
3 Algumas opções legislativas estrangeiras e os paradigmas internacionais	38
4 O contexto brasileiro: do modelo misto à extinção do rol de crimes antecedentes	41
5 A (des)proporcionalidade da inclusão de crimes menos graves e contravenções penais	45
6 Repercussões de ordem político-criminal	49
7 Algumas propostas	52
8 Conclusões	55
Referências	57

O juízo de admissibilidade da acusação nos procedimentos penais estrangeiros

Hélio Peixoto Junior	61
1 Introdução	61
2 <i>The preliminary hearing</i> no processo penal estadunidense	62
3 <i>L'udienza preliminare</i> no processo penal italiano	66
4 Da instrução no processo penal português	70
5 <i>The Pre-Trial Chamber</i> no Tribunal Penal Internacional	75

6	O juízo de admissibilidade no Processo Penal brasileiro	79
7	Conclusão	81
	Referências	82

A fixação do valor indenizatório na sentença penal condenatória: fase instrutória e prova da pretensão cível

Carlos Eduardo de Moraes Domingos	85	
1	Introdução	85
2	Múltipla incidência normativa	87
3	Movimento de aproximação, separação e reaproximação das responsabilidades civil e penal	88
4	Modelos de coordenação de jurisdições especializadas	91
4.1	Natureza jurídica do valor indenizatório fixado na sentença penal condenatória ...	95
5	Garantia síntese do devido processo	97
6	A fixação do valor indenizatório na sentença penal condenatória: fase instrutória e prova da pretensão cível	101
6.1	Ausência de procedimentalização pelo legislador	101
6.2	Fase instrutória e prova da pretensão cível no processo penal	103
7	Conclusões	108
	Referências	111

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

Os impactos do *compliance* efetivo na responsabilidade administrativa objetiva da pessoa jurídica na Lei Anticorrupção

Bruno Martins Torchia	119	
1	Introdução	119
2	Lei Anticorrupção	123
3	<i>Compliance</i>	125
3.1	Considerações iniciais	125
3.2	<i>Compliance</i> anticorrupção e criminal <i>compliance</i>	127
3.3	Procedimento de formulação, implantação e consolidação do programa de <i>compliance</i>	129
3.4	Efetividade do <i>compliance</i>	136
4	A responsabilidade objetiva e os impactos do <i>compliance</i> efetivo na aplicação das sanções da Lei Anticorrupção	139
5	Considerações finais	144
	Referências	145

Artífices de conceitos: a invenção do conceito de genocídio e sua aplicação aos estudos históricos

Rodrigo Medina Zagni, Heitor de Andrade Carvalho Loureiro	149	
1	De “um crime sem nome” à convenção da ONU	151
2	Os debates acerca da aplicabilidade do conceito onusiano às Ciências Sociais ..	156

3	Para além do Holocausto e do normativismo jurídico.....	163
4	Um repasse teórico, uma visita às fontes e os novos rumos dos “genocide studies”	167
	Considerações finais	172
	Referências	173

ATUALIDADES

O *Caso Riocentro* e a evolução do crime contra a humanidade no Direito Internacional dos Direitos Humanos

Flávio de Leão Bastos Pereira	179
1 Contextualização.....	180
2 Atentados do Riocentro: ideias iniciais.....	182
3 Atentados do Riocentro: crimes contra a humanidade?	184
4 O Brasil reconhece os crimes contra a humanidade e sua imprescritibilidade? O diálogo com o Direito Internacional.....	189
Referências	196

PARECERES

Parecer – Projeto de Lei Anticrime e a execução da pena após condenação em segundo grau de jurisdição

Ives Gandra da Silva Martins	201
Consulta ..	201
Resposta.....	201
 Instruções para os autores	 209